

# *Saul Kripke e o paradoxo do dogmatismo*

*João Rizzio Vicente Fett*

PUC-RS

## **1 INTRODUÇÃO**

Jaakko Hintikka, em seu livro *Knowledge and Belief*, sugeriu que o seguinte é verdadeiro sobre conhecimento proposicional:

Se alguém diz “Eu sei que P” nesse sentido forte de conhecimento, ele implicitamente nega que qualquer outra informação adicional o levaria a mudar a sua opinião. Ele se compromete com a tese de que ele seguiria dizendo que ele sabe que P é verdadeiro . . . mesmo se ele soubesse mais do que ele sabe agora. (HINTIKKA, 1962, pp.20-21)

A ideia central nesse excerto é a seguinte: quando você realmente sabe que algo é o caso, nada que você passe a saber fará com que você mude de opinião. Quando você sabe que P, nenhuma nova evidência levará você a mudar a sua opinião quanto a se P. Se alguma nova evidência fizesse você mudar de opinião, isso não mostraria que você deixou de saber que P. Antes, isso apenas mostraria que você nunca soube o que pensava saber. Considere, por exemplo, a proposição verdadeira de que Porto Alegre é a capital do Rio Grande do Sul. Se você sabe que Porto Alegre é a capital do Rio Grande do Sul, então não importaria que uma, duas, dez, ou cem pessoas dissessem a você que isto é falso e que, na verdade, Florianópolis é a capital do Rio Grande do Sul. O seu conhecimento de que pessoas testemunham contra o que você sabe não lhe faria ignorante. A ideia fundamental aqui é que, contra o slogan de Carl Ginet (1980) *Knowing less by knowing more*, não é possível que alguém possa passar a saber menos quando passa a saber mais.

A intuição de Hintikka sobre conhecimento que recém consideramos é tomada por Saul Kripke (2011, p.39) como tendo a intenção de expressar o seguinte: “... É uma característica do conhecimento que mesmo se eu tiver mais evidência do que eu tenho agora, eu ainda saberei que P.” Isso constitui um princípio epistêmico que na literatura tem sido chamado de *princípio da estabilidade do conhecimento*, cujo slogan diz que novo conhecimento não pode prejudicar velho conhecimento.<sup>1</sup> Esse princípio impõe uma condição necessária sobre conhecimento, a saber:

S sabe que P somente se não há evidência que é tal que se S viesse a ganhá-la, então S não estaria justificado em crer que P.

O princípio implica, segundo Kripke, que quando somos confrontados com contraevidência para itens de conhecimento que possuímos, estamos autorizados racionalmente a desconsiderá-la. O dogmatismo passa a ser um comportamento racional para se adotar. Se é o caso que se você sabe que P agora, então nada fará você perder esse conhecimento, então você deveria desconsiderar evidência contra o que você sabe – afinal, ela só pode lhe fazer mal, epistemicamente falando, e você não deseja isso.

Podemos notar que acolher contraevidência seria irracional da sua parte nessas circunstâncias, uma vez que acolhê-la faria com que você perdesse conhecimento. Portanto, Kripke sugere, você está autorizado racionalmente a desconsiderar evidência contra aquilo que você sabe. Vamos agora analisar que tipo de raciocínio nos permite alcançar esta conclusão.

Porém, antes de avaliarmos o argumento de Kripke em favor do dogmatismo, precisamos ter clareza sobre qual noção de conhecimento nós estaremos investigando. Rodrigo Borges (2015, p.3678), em sua crítica a versão de Kripke do paradoxo do dogmatismo, sugere que ele está preocupado com uma noção infalibilista de conhecimento, segundo a qual conhecimento de que P só é obtido quando S tem evidência conclusiva em favor de P; isto é, evidência que elimina alternativas epistemicamente incompatíveis com P – como  $\sim P$ , por exemplo. Uma das razões pelas quais Borges pensa assim é que os exemplos que Kripke tomou da literatura, de Normal Malcom (1952, pp.185-186) e Jaakko Hintikka (1962, pp.20-21), alegavam haver dois sentidos de conhecimento, um fraco e um forte, sendo o forte este que implica o princípio

---

<sup>1</sup> Veja (SORENSEN, 1988, p.437), para uma breve discussão desse princípio no contexto do paradoxo do dogmatismo.

da estabilidade do conhecimento. No entanto, o exemplo que Malcom oferece em favor do princípio da estabilidade do conhecimento envolve uma crença *perceptual*, a saber, a crença (verdadeira) de que há um tinteiro na sala. Kripke (2011, p.41) escreve em nota que “Malcom está seguramente correto que comumente nós consideraríamos a presença de um tinteiro na sala como conclusiva, e não meramente provável.” No entanto, dado o exemplo, não há boa razão para pensar que (pelo menos) Malcom tinha uma noção de conhecimento que *nós* chamaríamos de infalibilista. Afinal de contas, crenças perceptuais são baseadas em experiências perceptuais, e estas últimas não eliminam algumas alternativas epistemicamente incompatíveis com elas, a saber, as hipóteses céticas, por exemplo. Elas eliminam, no máximo, alternativas relevantes – o que, considerando a citação de Kripke que recém vimos, pode ser o que ele tinha em mente. Por fim, além de não haver clareza quanto a este ponto, não há necessidade de estreitarmos o escopo da nossa conversa para uma noção infalibilista de conhecimento, pois veremos no que segue que mesmo crenças envolvendo justificção falível podem motivar o paradoxo do dogmatismo, uma vez que sejam casos de conhecimento.

## 2 O CONHECIMENTO GERA DOGMATISMO

Em 1973, Gilbert Harman sugeriu que o raciocínio autorizando o dogmatismo que Kripke tinha em mente na sua palestra proferida em 1972 era como o seguinte:

Se eu sei que P é verdadeiro, eu sei que qualquer evidência contra P é evidência contra algo que é verdadeiro; então eu sei que tal evidência é enganadora. Mas eu deveria desconsiderar evidência que eu sei que é enganadora. Então, uma vez que eu sei que P é verdadeiro, eu estou em posição de desconsiderar qualquer futura evidência que pareça ir contra P. (HARMAN, 1973, p.148)

Suponha que, com base na minha percepção confiável, eu passo a crer na seguinte proposição: meu carro está no estacionamento. Suponha, além disso, que eu *sei* que o meu carro está no estacionamento – isto é, que esta crença que eu tenho é um item de conhecimento. Nestas circunstâncias, se o meu colega, que eu tomo como confiável, me diz que o meu carro não está no estacionamento, de acordo com o raciocínio exposto por Harman, eu estou autorizado (e talvez deva) desconsiderar esta contraevidência com a qual eu acabo de me confrontar, afinal de contas, eu sei que ela é enganadora.

Intuitivamente, este é um resultado bastante indesejável. Há algo no dogmatismo sugerido que nos parece irracional, embora não seja óbvio qual é a falha no argumento que o autoriza. O fato é que não é uma posição confortável aceitarmos que o conhecimento justifica atitudes dogmáticas, tais com essa recém encenada.

As coisas podem ficar piores se nós aumentarmos a quantidade de contraevidência com a qual eu sou confrontado. Imagine que além do meu colega, o zelador do estacionamento me diz que o meu carro não está lá. Igualmente, eu estou autorizado a desconsiderá-lo, porque, afinal, eu sei que o meu carro está lá; e se eu sei que o meu carro está lá, então eu sei que quem diz o contrário está enganado. E o mesmo acontece ainda que o número de contraevidências aumente. Já é desconcertante persistir crendo que P quando há somente uma contraevidência para P. Parece ainda mais impróprio continuar crendo que P à medida que as contraevidências para P se acumulam.

Roy Sorensen (1988, p.438), com base na exposição que Gilbert Harman (1973) e Carl Ginet (1980) fizeram do paradoxo, oferece o seguinte raciocínio como uma instanciação do argumento para o dogmatismo que Kripke tinha em mente:

Meu carro está no estacionamento.

Se o meu carro está no estacionamento e meu colega me diz o contrário, então o testemunho do meu colega é enganador.

Se o meu colega me diz que o meu carro não está no estacionamento, então o testemunho dele é enganador.

O meu colega me diz que o meu carro não está no estacionamento.

[Portanto], o testemunho do meu colega é enganador.

Vamos assumir que eu saiba o conteúdo de (1). A premissa (2) é um item de conhecimento *a priori*, uma vez que é analiticamente verdadeiro que se P é o caso, então qualquer contraevidência para P é enganadora – isto é, evidência contra algo verdadeiro. O argumento de (1)-(3) é válido, aplicando a regra de derivação Exportação em (2) –  $((P \& Q) \rightarrow R) \equiv (P \rightarrow (Q \rightarrow R))$ . Obtemos (3) por *modus ponens* de (1) e da versão exportada de (2). (3) é o conseqüente do condicional exportado. Assim, assumindo que eu tenho justificação para crer (4) – justificação perceptual neste caso,

pois eu percebo (ouvindo) o proferimento do meu colega – supostamente eu tenho justificação para crer (5) por *modus ponens* de (3) e (4).

Generalizando o raciocínio acima, *conhecimento gera dogmatismo*. Afinal, sempre que eu sei que uma proposição é verdadeira, se eu emprego um raciocínio com a forma do raciocínio acima, eu sou racional ao tomar qualquer contraevidência para ela como enganadora.

Até agora, vimos como Harman e Sorensen procuraram formular o raciocínio autorizando o dogmatismo que Kripke tinha em mente. Eles o interpretaram ao seu modo. Mas, em 2011, o próprio Kripke pôs em circulação uma versão aprimorada do problema que ele então havia proferido na palestra de 1972. Vejamos como Kripke formula o paradoxo que ele descobriu:

1. S sabe que P. [Suposição]
2. Se P é verdadeiro, então qualquer evidência contra P é enganadora. [Suposição]
3. S sabe que 2 é o caso. [Suposição]
4. S sabe que qualquer evidência contra P é enganadora (isto é, leva a uma conclusão falsa). [de 1,2,3, via Fecho-conhecimento]
5. Se S sabe que tomar uma ação T leva a uma consequência C, e S deseja evitar C, então S deveria decidir não tomar uma ação do tipo T. [Suposição]
6. Se S sabe que aceitar qualquer evidência contra P tem como consequência uma crença falsa, e S deseja evitar adquirir uma crença falsa, então S deveria decidir *agora* não aceitar qualquer evidência contra P. [Instanciação de 5]
7. S sabe que qualquer evidência contra P tem como consequência uma crença falsa. [via 4]
8. S deveria decidir agora não aceitar qualquer evidência contra P. [de 6 e 7, via *modus ponens*]<sup>2</sup>

Recentemente, Rodrigo Borges (2015) alegou que o argumento de Kripke é falacioso.

---

2 Borges (2015, p.3681). Esta é a apresentação de Borges do argumento de Kripke, que encontra-se em Kripke (2011, pp.43-44). Nós escolhemos a versão de Borges por ser mais intuitiva e esteticamente alinhada. No entanto, o argumento é o mesmo de Kripke.

Segundo Borges, o argumento de Kripke para o dogmatismo não funciona pois pode ser bloqueado ao detectarmos a falsidade de duas das suas premissas. Em primeiro lugar, Borges procura mostrar que a premissa (2) do argumento é problemática. Em segundo lugar, ele mostra por que a premissa (7) é irremediavelmente falsa – o que acaba com a solidez do argumento. Contudo, a crítica mais importante de Borges a Kripke procura mostrar que uma suposição sobre meta-conhecimento precisa ser feita, caso contrário a racionalidade do argumento é comprometida. Vamos examinar cada uma das objeções que compõem a crítica de Borges a Kripke e, ao final, examinar uma distinção supostamente importante entre duas formas de se construir o paradoxo do dogmatismo, bem como as implicações dessa distinção para as propostas de solução ao problema na literatura. Feito isso, vamos (i) criticar a mais importante objeção de Borges a Kripke, e (ii) acusar ainda mais um ponto problemático no argumento de Kripke para o dogmatismo.

### 3 AS CRÍTICAS DE BORGES A KRIPKE

De acordo com Borges, a premissa (2) do argumento de Kripke para o dogmatismo tem dois problemas. O primeiro é que a redação de (2) diz que se P é verdadeiro, então qualquer evidência contra P é enganadora, onde ‘enganadora’ significa, para Kripke, *evidência que leva a uma conclusão falsa*. Porém, observa Borges, nem toda evidência enganadora tem este efeito. Pois evidência contra P pode vir de duas formas diferentes. A literatura epistemológica reconhece, desde o trabalho de John Pollock (1986), que contraevidência pode ser *contraevidência refutadora* ou *contraevidência solapadora*.<sup>3</sup> Ambos os tipos prejudicam, potencialmente, a racionalidade e o conhecimento.

A contraevidência refutadora é aquela que constitui uma razão para negar a conclusão do raciocínio levando você até a sua crença-alvo (Cf. POLLOCK & CRUZ, 1999, p.196). Por exemplo, imagine que você faz parte de um júri em que há dois testemunhos conflitantes sobre um acidente de trânsito. Suponha que há duas testemunhas, Ana e Sara. Ana diz que X foi o responsável pelo acidente, enquanto Sara nega, testemunhando que X não é o culpado. Se eu creio no que Ana

<sup>3</sup> Os termos, em inglês, usados originalmente por Pollock são *rebutting defeater* e *undercutting defeater*, respectivamente.

diz, então, assim que eu me deparo com o testemunho de Sara, o testemunho dela torna-se uma contraevidência refutadora para a justificação da minha crença no que Ana diz.

A contraevidência solapadora, por sua vez, é aquela que ataca a conexão entre a sua evidência e a conclusão que essa evidência justifica (Cf. POLLOCK & CRUZ, 1999, p.196). Por exemplo, imagine que eu vejo o que me parece ser um livro vermelho sobre a mesa. Usualmente, as pessoas concederiam que eu estou justificado em crer que há um livro vermelho sobre a mesa quando eu vejo o que me parece ser um livro vermelho sobre a mesa. Isso porque, para a maioria, evidência perceptual é um dos tipos de coisas que conferem justificação epistêmica. Mas, suponha também que eu ganho a informação, e passo a crer, que há luzes vermelhas iluminando a mesa sobre a qual o livro está. Provavelmente parecerá, agora, para a maioria das pessoas que eu não estou mais justificado em crer que há um livro vermelho sobre a mesa, porque a informação que eu ganhei sobre as luzes vermelhas cancela a justificação que a minha evidência perceptual confere à minha crença de que há um livro vermelho sobre a mesa – afinal, naquelas circunstâncias, se o livro fosse branco, por exemplo, ele continuaria parecendo vermelho para mim, enquanto as luzes permanecessem ligadas. Assim, se eu creio na informação que eu ganhei, eu adquire contraevidência solapadora para a justificação da minha crença de que há um livro vermelho sobre a mesa.

Do mesmo modo, contraevidência enganadora deve poder ser de qualquer um desses dois tipos, isto é, ela pode ser refutadora ou solapadora. O ponto é que se a contraevidência enganadora para P for refutadora, ela levará a uma conclusão falsa (pois gerará evidência para crer uma falsidade), a saber,  $\sim P$ . Mas, se a contraevidência enganadora para P for solapadora, ela levará no máximo à suspensão de juízo quanto a se P.

Assim, (2) é falsa porque não é o caso que, necessariamente, se P é verdadeiro, então qualquer evidência contra P levará a uma conclusão falsa. Afinal, há evidência contra P que não é refutadora, a saber, contraevidência solapadora, isto é, que não leva a uma conclusão falsa, e sim, à suspensão de juízo – se o sujeito for racional, é claro. Desse modo, Borges propõe que reformulemos a premissa (2) de Kripke deste modo:

(2\*) Se P é verdadeiro, então qualquer contraevidência *refutadora* para P é enganadora (onde ‘enganadora’ significa ‘leva a uma conclusão falsa’).

No entanto, mesmo se substituirmos (2) por (2\*), o argumento de Kripke ainda pode ser bloqueado, acredita Borges, pois o efeito de uma contraevidência pode ser cancelado por outra contraevidência que você tenha no seu sistema de crenças ou adquira de algum modo. É largamente reconhecido na literatura que evidência adicional pode neutralizar o efeito da contraevidência. Por exemplo, retome o caso em que eu creio *via* percepção que há um livro vermelho sobre a mesa. Naquele caso, quando eu ganho a informação de que o livro está sendo iluminado por luzes vermelhas, eu adquiro contraevidência para a minha crença-alvo. Mas se eu recebo um segundo testemunho contando sobre a inconfiabilidade do primeiro testemunho – dizendo, por exemplo, que a pessoa que me contou sobre as luzes vermelhas está insana, anda assustada e vendo luzes que não existem –, eu ganho contraevidência para contraevidência (ou uma *papa-contraevidência*),<sup>4</sup> tal que o efeito da primeira é cancelado pelo efeito vigente desta última. Sendo assim, nem toda a contraevidência refutadora levará a uma conclusão falsa, pois o seu efeito pode ser cancelado.

Note que essa observação mostra por que a premissa (7) é falsa. Considere-a novamente:

(7) S sabe que qualquer evidência contra P tem como consequência uma crença falsa.

A premissa (7) mostra-se falsa pois S não pode saber que qualquer evidência contra a crença em P tem como consequência uma crença falsa. Como vimos, isto é falso, pois há contraevidência para P que não gera evidência para crer que  $\sim P$ , e há contraevidência que é ela própria cancelada por outra contraevidência. Assim podemos ver que sem (7) não há *modus ponens* para alcançar a conclusão (8) e, portanto, não podemos completar a Prova do Condicional de Kripke.

### DOGMATISMO E META-CONHECIMENTO

Borges mostrou-nos por que o argumento de Kripke é falacioso ao revelar-nos a falsidade de duas das suas premissas. Porém, a sua objeção mais importante ao argumento de Kripke para o dogmatismo ataca a plausibilidade do condicional que Kripke alega que o argumento pró-dogmatismo demonstra, a saber:

4 O termo em inglês usado para rotular esse tipo de contraevidência é *defeater-eater*.



Se S sabe que P, então S deveria decidir agora não aceitar qualquer evidência contra P.

A objeção de Borges (2015, p.3689) é que “o mero fato de que eu sei que P não pode me justificar a considerar contraevidência para P como evidência enganadora para P.” Se o estamos interpretando adequadamente, Borges está alegando que o raciocínio que compromete S com o dogmatismo deveria supor meta-conhecimento de que P da parte de S, mas isso não está explícito no argumento de Kripke. O ponto da objeção é que não basta que S tenha conhecimento de primeira ordem de que P (isto é, não basta que S saiba que P). S deve *saber que sabe que P* para estar autorizado racionalmente a ignorar contraevidência para P. “Eu sei que P” deve ser a razão de S para decidir agir dogmaticamente, e essa proposição só é uma razão para S quando S tem crença de segunda ordem de que P.<sup>5</sup>

A fim de mostrar que é necessário haver meta-conhecimento para que o argumento para o dogmatismo funcione, Borges (2015, p.3690) escreve: “É pelo menos uma condição necessária para a realização racional de  $\varphi$  que realizar  $\varphi$  seja compatível com aquilo que se crê que se tem mais razão para fazer.” Ou seja, é necessária a conexão entre racionalidade prática e racionalidade teórica. Você é racional ao decidir agir dogmaticamente somente se você tem uma razão para isso. Retome o exemplo do sujeito que sabe a proposição “o meu carro está no estacionamento”. De acordo com Borges, naquelas circunstâncias, você somente estaria racionalmente autorizado a desconsiderar contraevidência para a sua crença-alvo se você soubesse que sabe que P. Caso contrário, nada lhe autorizaria racionalmente a tomar esta atitude.

Na cena em questão, não basta que você saiba que P. É necessário que o seu conhecimento de que P sirva a você como uma razão para o comportamento dogmático que você decide adotar. E para que o seu conhecimento de que P seja uma razão para você agir assim, Borges sugere que você deve saber aquilo; você deve saber que sabe que P.<sup>6</sup>

---

5 Borges vai além disso. Seguindo a tradição de Timothy Williamson (2000), Borges acredita que a proposição “Eu sei que P” só é uma razão para S quando S *sabe* esta razão – quando S *sabe que sabe* que P.

6 Borges (2015, pp.3690-3692) examina a questão de se meta-conhecimento de que P, além de ser necessário, é suficiente para desconsiderar racionalmente contraevidência de primeira-ordem. Porém, um tratamento adequado desta questão não cabe no escopo deste ensaio.

**DOGMATISMO SINCRÔNICO E DOGMATISMO DIACRÔNICO**

Antes de criticar esta última objeção de Borges a Kripke, vamos considerar a distinção entre formas de dogmatismo que ele propôs recentemente e que julga importante para o debate sobre o paradoxo do qual estamos tratando. Borges procurou persuadir-nos de que há duas formas de dogmatismo que não devem ser confundidas, pois críticas e respostas para uma das versões, podem não se aplicar à outra das versões. Ele sugere que há o problema do dogmatismo *sincrônico* e o problema do dogmatismo *diacrônico*.

O dogmatismo sincrônico diz respeito à atitude que S deve tomar *agora* em relação ao que ele deve fazer ao ser confrontado com contraevidência para o que ele sabe. O dogmatismo diacrônico, por sua vez, diz respeito à atitude que S deveria tomar *no futuro*, quando (e se) essa contraevidência de fato aparecer. Desse modo, de acordo com a distinção de Borges, a forma do argumento paradoxal nas versões de Harman e Sorensen (que apresentamos anteriormente) é a forma diacrônica, enquanto que a única forma sincrônica do paradoxo é o argumento na versão de Kripke. No que segue, vamos examinar brevemente como são as soluções de Harman e Sorensen do paradoxo, respectivamente. Nós esperamos mostrar com isso o seguinte: embora fique evidente que se trata de um outro problema – isto é, uma versão do paradoxo diferente da que Kripke apresenta –, há lições importantes que podem ser tomadas para avaliarmos a eficácia da crítica de Borges ao argumento de Kripke.

**4 SOLUÇÕES AO PARADOXO***A resposta de Gilbert Harman*

Harman, ao pôr em circulação o paradoxo do dogmatismo pela primeira vez, também foi o primeiro a propor uma solução ao problema. Segundo Harman, é indispensável notarmos que mudanças no status epistêmico das nossas crenças acontecem sempre que adquirimos novas evidências. No exemplo com o qual estamos lidando, isso é especialmente importante para notarmos que ao ganhar contraevidência, eu não posso desconsiderá-la porque ela neutraliza as premissas do próprio raciocínio que me autorizaria a desconsiderá-la.

O ponto de Harman é que *contraevidência muda o que eu sei*, e o ataque de uma contraevidência tem primazia, por assim dizer, no raciocínio. Considere novamente o caso que Sorensen apresentou, cuja crença-alvo – premissa (1) – é ‘meu carro está no estacionamento’. Naquele cenário, Harman sugeriria, mesmo sabendo todas as premissas, (1)-(5), quando o meu colega me diz que o meu carro não está no estacionamento, eu não posso crer que o testemunho dele é enganador, porque o fato de que ele testemunha assim – premissa (4) – cancela a minha justificação para crer (1) e, por consequência, cancela a minha justificação para crer (2) e (3) – uma vez que (1) era a minha razão para crer (2) e basear (3) em (2). Por essa razão, a justificação *prima facie* que eu tenho para crer (5) é cancelada assim que eu perco justificação para (1) (Cf. HARMAN, 1973).

A moral da solução de Harman é que eu não tenho intitulação para crer (5) por *modus ponens* porque quando (4) entra no meu sistema de crenças, ela cancela a minha justificação para as premissas daquele *modus ponens*.

#### *A resposta de Roy Sorensen*

Tendo em mente o mesmo caso que Sorensen apresentou, cuja crença-alvo – premissa (1) – é ‘meu carro está no estacionamento’, ele, apesar de concordar com Harman sobre a solução ao problema, viu que há mais um tropeço no argumento para o dogmatismo. Para Harman, a segunda parte do argumento era a parte problemática, e é dali que sai a explicação sobre por que o raciocínio do dogmatista falha. Para Sorensen, há também um problema na primeira parte do argumento: a premissa (3) é resistente ao *modus ponens*. E ela assim o é por ser um caso de *conhecimento podre*.<sup>7</sup>

Conhecimento podre, para Sorensen, é conhecimento que, quando usado como premissa em um argumento não serve para desencadear certas inferências. Conhecimento podre *não é útil inferencialmente*, por assim dizer. Consideremos, como exemplo, a seguinte disjunção: ou o meu avô está em Roma, ou ele está na Alemanha. Suponhamos que eu tenho abundante evidência para crer nessa disjunção unicamente porque eu tenho abundante evidência para crer que o meu avô está em Roma – o que é verdadeiro – enquanto que o segundo disjuncto é apenas

7 O termo em inglês usado para rotular esse tipo de conhecimento é *junk Knowledge*.

uma Introdução da Disjunção que eu aplico no primeiro disjuncto. A disjunção parece ser um caso de conhecimento, pois é um caso de crença verdadeira que foi alcançada por inferência dedutiva válida. No entanto, se eu ganhar evidência para crer que o meu avô *não* está em Roma, o meu conhecimento da disjunção não é útil para que eu faça um Silogismo Disjuntivo e infira disso que ele está na Alemanha. Em vez disso, ao ganhar evidência para crer que o meu avô não está em Roma, a atitude racional parece ser abandonar a disjunção.

Sorensen alega que o condicional da premissa (3) na sua instanciação do argumento para o dogmatismo é um caso de conhecimento podre. O condicional em (3) não é inferencialmente útil. Ele resiste ao *modus ponens* porque o condicional perde justificação à medida que o seu antecedente ganha justificação (Cf. SORENSEN, 1988). Nos casos comuns, ao aprendermos o antecedente, aprendemos o conseqüente. Nos casos de conhecimento podre, ao aprendermos o antecedente, perdemos o condicional e somos incapazes de aprender o conseqüente. E é porque (3) é um caso de conhecimento podre que (4) não desencadeia o *modus ponens* para (5). Em vez disso, quando eu aprendo que (4), eu abandono a crença em (3).

## 5 PROBLEMAS DETECTADOS

### *Crítica a uma objeção de Borges*

Não obstante a plausibilidade das soluções ao paradoxo do dogmatismo oferecidas por Harman e Sorensen que recém examinamos, Borges alega que é o dogmatismo *sincrônico* a forma epistemicamente interessante do paradoxo. Ele alega que mesmo que Harman esteja certo sobre a dinâmica da aquisição de contraevidência – e, portanto, esteja certo quanto à solução do paradoxo do dogmatismo diacrônico –, há ainda alguma coisa errada com a sugestão de que alguém poderia decidir *agora*, em virtude de saber que P, desconsiderar qualquer evidência contra o seu conhecimento de que P (Cf. BORGES, 2015, p.3679).

Nós não vamos contestar Borges quanto a isso. Porém, no que segue, além de apresentar uma crítica a uma objeção de Borges em relação ao argumento de Kripke para o dogmatismo, nós esperamos mostrar que uma lição importante pode ser aprendida com o que Harman e Sorensen pensavam sobre o paradoxo na sua versão diacrônica.

Para tanto, considere novamente a sugestão de Borges, segundo a qual o raciocínio que compromete S com o dogmatismo (na versão de Kripke) deve supor meta-conhecimento de que S sabe que P, caso contrário o argumento seria indefensável. Cabe, agora, nos perguntarmos por que a necessidade de meta-conhecimento aparentemente não existe na formulação do problema que Harman e Sorensen oferecem. Pois não parece haver o mínimo apelo para que eu use uma crença tal como 'eu sei que P' como minha razão para agir dogmaticamente. Retomemos o exemplo de raciocínio autorizando o dogmatismo.

Meu carro está no estacionamento.

Se o meu carro está no estacionamento e meu colega me diz o contrário, então o testemunho do meu colega é enganador.

Se o meu colega me diz que o meu carro não está no estacionamento, então o testemunho dele é enganador.

O meu colega me diz que o meu carro não está no estacionamento.

[Portanto], o testemunho do meu colega é enganador.

A pergunta interessante agora é a seguinte: Qual é razão que me justifica a agir dogmaticamente? Que razões autorizam racionalmente uma atitude dogmática da minha parte? Pois, de acordo com Borges, eu sou racional ao decidir agir dogmaticamente *somente se* eu tenho uma razão para isso. Não basta que eu saiba que P. Em outras palavras, não basta que eu, de fato, saiba que P, mas não faça a menor ideia de por que eu estou autorizado (ou devo) desconsiderar contraevidência para P.

No entanto, parece que o meu raciocínio não precisa envolver a crença de que eu sei que o meu carro está no estacionamento. A minha razão para desconsiderar a contraevidência é simplesmente o argumento válido de (1) e (2) para concluir (3) por *modus ponens*. Eu sei que (1), eu vejo a relação entre *P ser verdadeira* e *evidência para ~P ser evidência enganadora* e então creio que (2), e eu concludo (3) por *modus ponens* (que, aliás, é necessariamente um item de conhecimento se nós assumimos o Fecho do Conhecimento).<sup>8</sup> Eu não preciso ter nenhuma meta-crença ou

---

<sup>8</sup> O princípio do fecho do conhecimento diz, basicamente, que conhecimento é transmitido infalivelmente por meio de inferência dedutiva válida. O princípio é usualmente apresentado da seguinte forma:

meta-conhecimento. Eu apenas preciso notar as relações entre aquelas proposições

Mas se isso for o caso, não é o *meta-conhecimento* de que eu sei que P que me autoriza a desconsiderar evidência contra P, mas sim as minhas crenças em (1), (2), e (3). Ao que parece, eu estou pronto para instanciar o raciocínio de Sorensen sempre que eu tenho crenças de primeira ordem tais como (1), (2), e (3) – contra o que Borges alega.

Outro problema para o argumento de Kripke

Um ponto possivelmente controverso sobre o argumento de Kripke que foi apenas brevemente descrito por Borges é a aparente impossibilidade de se tomar uma atitude dogmática em face de contraevidência (que não foi neutralizada por outra contraevidência), visto a aparente impossibilidade de se poder não aceitar contraevidência para o que já se acredita.<sup>9</sup>

Note o excesso de voluntarismo doxástico que nós precisamos admitir para que o argumento de Kripke funcione. Lembremo-nos da premissa (6):

(6) Se S sabe que aceitar qualquer evidência contra P tem como consequência uma crença falsa, e S deseja evitar adquirir uma crença falsa, então S deveria decidir agora não aceitar qualquer evidência contra P.

É preciso que aceitemos ser possível *decidir* não crer ou suspender o juízo quanto a uma proposição. Ora, é bastante contraintuitivo que possamos decidir crer ou não em algo; não parece ser o caso que há espaço para escolha aqui. Parece, sim, ser o caso que não há qualquer controle direto sobre o que acabamos por crer, descrever, ou suspender o juízo.

Imagine, por exemplo, que você é convidado a participar de um experimento psicológico. Neste experimento, as luzes da sala estão acesas e é oferecido a você um milhão de reais se você vier a crer que as luzes da sala estão apagadas, enquanto elas permanecessem acesas. Por mais atrativa que seja a proposta, e por mais que você se esforce, você provavelmente não

---

necessariamente, se S sabe que P e S sabe que P acarreta Q, e S conclui, com base neste conhecimento, que Q, então S sabe que Q.

<sup>9</sup> Borges antecipa esta objeção em Borges (2015, p.3689). Porém, sua resposta é evasiva. Apenas nos é dito que certamente o *dogmatista* poderia se defender desta objeção, mas que o tratamento deste problema não cabia no escopo do ensaio.

conseguirá genuinamente formar aquela crença e perderá esse dinheiro. (Você pode fingir que crê que as luzes estão apagadas, mas nesse caso, você não ganha o prêmio). Com este exemplo, pretendemos mostrar a implausibilidade da suposição que a premissa 6 do argumento de Kripke assume. Uma vez que ninguém *deve* fazer aquilo que *não pode* fazer (isto é, aquilo que não é capaz de fazer), a premissa (6) mostra-se implausível, pois não pode ser instanciada por agentes com a nossa constituição psicológica.

Naturalmente, há debate na literatura sobre se casos como o que apresentamos acima são suficientes para favorecer a posição involuntarista sobre estados doxásticos. Ademais, intuições, mesmo que gozem de alto apelo, podem ser suprimidas por bons argumentos apoiando o contrário do que elas sugerem, e é justamente esse o trabalho dos que optam pela posição voluntarista sobre estados doxásticos. A questão aqui não está fechada, como se pode esperar.<sup>10</sup> No entanto, é inegável que a dependência de uma tese altamente controversa e *prima facie* inaceitável, como a tese do voluntarismo doxástico, é um ponto fraco em um argumento. A premissa (6) é, assim, o maior problema para o sucesso do argumento de Kripke. E ao contrário do que propusemos sobre uma das objeções de Borges, não somos capazes de ver uma saída aqui. Não nos parece haver a possibilidade de consertar esta premissa do argumento e, assim, livrá-lo da implausível suposição voluntarista assumida por ele.

## 6 OBSERVAÇÕES CONCLUSIVAS

Esperamos ter oferecido ao leitor razões para crer nas seguintes alegações. Embora as versões de Gilbert Harman e Roy Sorensen do argumento para o dogmatismo tenham sido inspiradas no paradoxo descoberto por Saul Kripke, a versão do próprio Kripke do argumento pró-dogmatismo é claramente problemática enquanto as outras não o são – ou pelo menos não parecem sê-lo imediatamente.<sup>11</sup>

---

10 Veja (AUDI, 2001), para uma discussão das principais posições e argumentos no debate sobre o voluntarismo doxástico.

11 Uma crítica à versão diacrônica do paradoxo do dogmatismo foi proposta recentemente por Maria Lasonen-Aarnio (2014). Infelizmente, uma discussão do tratamento de Lasonen-Aarnio do paradoxo não cabe no escopo deste ensaio. Veja (FETT, 2016) para o tratamento da versão diacrônica do paradoxo do dogmatismo e para uma resposta a Lasonen-Aarnio.

Vimos que, como acusa Rodrigo Borges, as premissas (2) e (7) do argumento de Kripke são claramente falsas. No entanto, Borges alega que conhecimento de segunda ordem é indispensável para que o argumento funcione. Porém, nós vimos que as versões de Harman e Sorensen não precisam dessa suposição, e assim motivados, sugerimos uma crítica a objeção de Borges quanto a este ponto.

Por último, nós consideramos um problema adicional para o argumento pró-dogmatismo de Kripke. Nós sugerimos que Kripke precisa assumir uma tese voluntarista para a sua versão do paradoxo do dogmatismo. Porém, tal tese é posta sob suspeita ao considerarmos as nossas intuições sobre certos casos. Portanto, embora o argumento de Kripke possa ser defendido de certas objeções, a sua conclusão paradoxal permanece injustificada.

## RESUMO

*O slogan “Conhecimento gera dogmatismo” causa-nos imediata perplexidade. O dogmatismo é trivialmente tomado como uma postura irracional de manutenção de crenças. Saul Kripke, contra esta intuitiva perspectiva, ofereceu um argumento que supostamente prova que se você sabe que uma proposição P é verdadeira, então você está autorizado a ser dogmático quanto a se P. Neste ensaio, temos os seguintes objetivos. Em primeiro lugar, vamos criticar uma recente objeção ao argumento pró-dogmatismo de Kripke feita por Rodrigo Borges, segundo a qual, uma suposição sobre meta-conhecimento deve ser assumida por Kripke a fim de que seu argumento seja defensável. Em segundo lugar, vamos propor uma outra crítica ao argumento de Kripke, segundo a qual uma de suas premissas assume uma perigosa dose de voluntarismo doxástico, o que compromete irremediavelmente o seu argumento. Concluiremos que embora o argumento de Kripke possa ser defendido de certas críticas, a sua conclusão paradoxal é injustificada.*

**Palavras-chave** Dogmatismo; Conhecimento; Contraevidência; Saul Kripke.

## ABSTRACT

*The slogan “Knowledge breeds dogmatism” causes us perplexity. Dogmatism is trivially taken as an epistemically irrational attitude. Saul Kripke, however, going against this intuitive view, has put forward an argument that purportedly proves the following: if you know that a proposition, P, is true, then you are entitled to dogmatically disregard counterevidence for P. In this essay, we have the following aims. First, after examining the nature of the paradox, we will criticize a recent objection against Kripke’s argument presented by Rodrigo Borges, according to which some meta-knowledge should be assumed in order for the argument to be tenable. Second, we will present*



another objection against Kripke's argument, according to which one of its premises assumes a dangerous dose of doxastic voluntarism, what spoils his argument. We will conclude that, even if Kripke's argument can be defended from some objections, its paradoxical conclusion is unjustified.

**Keywords** *Dogmatism; Knowledge; Counterevidence; Saul Kripke.*

## Referências

- AUDI, R. 2001. Doxastic Voluntarism and the Ethics of Belief. In: *Knowledge, Truth, and Duty*, STEUP, M. (ed.), 93-111. Oxford: Oxford University Press.
- BORGES, R. 2015. On synchronic dogmatism. *Synthese* 191 (11): 3677–3693.
- FETT, J. R. 2016. Anulabilidade e o Paradoxo do Dogmatismo. *Intuitio* 9 (2): 133-149.
- GINET, C. 1980. Knowing Less by Knowing More. *Midwest Studies in Philosophy* 5 (1): 151–162.
- HARMAN, G. 1973. *Thought*. Princeton: Princeton University Press.
- HINTIKKA, J. 1962. *Knowledge and Belief*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press.
- KRIPKE, S. 2011. *Philosophical Troubles. Collected Papers Vol I*. Oxford: Oxford University Press.
- LASONEN-AARNIO, M. 2014. The dogmatism puzzle. *Australasian Journal of Philosophy* 94 (3): 417–432.
- MALCOLM, N. 1952. Knowledge and belief. *Mind* 61 (242): 178–189.
- POLLOCK, J. 1986. *Contemporary Theories of Knowledge*. Totowa, NJ: Rowman & Littlefield.
- POLLOCK, J.; CRUZ, J. 1999. *Contemporary theories of knowledge*. Lanham: Rowman and Littlefield.
- SORENSEN, R. 1988. Dogmatism, junk knowledge, and conditionals. *Philosophical Quarterly* 38 (153): 433–454.
- WILLIAMSON, T. 2000. *Knowledge and its Limits*. Oxford: Oxford University Press.